



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

**ESTRATÉGIA POLÍTICA ANUAL
PARA 2009**

Parecer

Deputada Regina Bastos

PSD



I. Nota Introdutória

Nos termos dos n.º 1 e 2 do artigo 6.º da Lei n.º 43/2006, de 25 de Agosto, sobre o acompanhamento, apreciação e pronúncia pela Assembleia da República no âmbito do processo de construção da União Europeia, cabe à Comissão de Assuntos Europeus apreciar a Estratégia Política Anual da Comissão Europeia para o ano de 2009.

Considere-se o facto da referida apreciação consubstanciar a preparação de um debate em plenário sobre a matéria, conforme previsto pela alínea a) do n.º 1 do artigo 4.º da referida Lei: *“Debate em sessão plenária, com a participação do Governo, após a conclusão do último Conselho Europeu de cada Presidência da União Europeia, podendo também o debate do primeiro semestre incluir a apreciação da estratégia política anual da Comissão Europeia e o do segundo semestre a apreciação do seu programa legislativo e de trabalho”*.

Nesse sentido foi deliberado a elaboração de um Parecer sobre o documento enviado pela Comissão Europeia, tendo sido nomeada relatora a Sra. Deputada Regina Bastos do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata.



II. Considerandos

Tal como é referido pelo próprio documento objecto de análise deste relatório, 2009 será um ano muito importante para a Europa na medida em que a União Europeia terá um novo Parlamento Europeu e uma nova Comissão Europeia que irão reflectir um novo equilíbrio institucional e uma nova vontade dos cidadãos europeus.

No momento em que a Estratégia Política Anual da Comissão Europeia para 2009 foi elaborada ainda não se sabia do resultado do referendo realizado na Irlanda que deu a vitória ao NÃO e como tal expressa um planeamento de actividades e iniciativas estruturadas em torno de uma União com um Tratado de Lisboa aprovado e em vigor a partir de 2009. De facto, a Comissão, no seu documento, refere expressamente que “com um quadro institucional estável, a União poderá concentrar os seus esforços na resposta a dar aos desafios concretos que se colocarão no futuro”.

ACÇÕES PRIORITÁRIAS PARA 2009

Para 2009, último ano do actual mandato, a Comissão Europeia continua a definir como grandes linhas estruturais da sua acção a promoção da prosperidade, da solidariedade, da liberdade e segurança e o reforço do papel da Europa no Mundo.

Assim no documento apresentado ao Conselho e ao Parlamento Europeu, a Comissão define como primeira acção prioritária para 2009 o **crescimento e o emprego** através da promoção de uma reforma económica e social sustentável na Europa, no âmbito da Estratégia de Lisboa renovada para o crescimento e o emprego. A implementação dos novos programas de coesão da União Europeia podem, na opinião da Comissão, garantir uma importante fonte de investimento a nível regional para a execução dessa Estratégia.

A Comissão irá prosseguir a sua estratégia alargada no domínio da inovação baseada num maior desenvolvimento do Espaço Europeu da Investigação e num maior apoio às PME que terá



por objectivo “libertar o potencial das indústrias criativas” independentemente da sua dimensão. Para construir esta Europa do conhecimento a Comissão propõe algumas medidas práticas tais como a assistência a favor do Instituto Europeu de Inovação e Tecnologia durante o seu primeiro ano de pleno funcionamento e o reforço do diálogo entre as universidades e as empresas. No sentido de libertar o potencial das empresas, será intensificada a intervenção comunitária no plano da concorrência através de inquéritos sectoriais e de uma aplicação apertada das regras *anti-trust* e de controlo dos apoios estatais nos sectores considerados cruciais para o êxito da Estratégia de Lisboa.

A Comissão irá também prosseguir o desenvolvimento da Política Energética para a Europa através de uma actualização da análise estratégica da política energética de acordo com o mandato do Conselho Europeu de Março de 2007 e que se irá reflectir num novo plano de acção neste domínio para o período que vai de 2010 a 2014. Neste âmbito a Comissão pretende ainda lançar outras iniciativas que incluem a aplicação da nova legislação relativa ao mercado interno da energia, a prossecução do desenvolvimento do Observatório do Mercado de Energia e o reforço da segurança do abastecimento energético. Ao nível dos transportes a Comissão tem como uma das suas prioridades fundamentais assegurar o êxito da iniciativa Galileo que passa agora a ser gerida por si.

Alterações climáticas e uma Europa sustentável

A questão das alterações climáticas é essencial para o futuro da União e para todos os cidadãos europeus pois elas produzem consequências transversais a todos os sectores da nossa vida. Neste domínio a Comissão destaca o facto da Conferência de Bali sobre as Alterações Climáticas que se realizou em 2007 ter estabelecido um roteiro para a negociação e a celebração de um acordo global para o pós-2012, que deverá ser concluído antes do fim de 2009. Segundo a Comissão a União Europeia irá continuar a desempenhar um papel fundamental e de liderança nestas negociações internacionais, procurando, ao mesmo tempo, implementar na Europa medidas concretas que consigam responder aos desafios ambientais que cada vez se nos colocam com mais intensidade e premência.



A Comissão pretende assegurar o seguimento dos trabalhos empreendidos em 2008 com vista a promover o consumo energético sustentável e potenciar uma política industrial sustentável na Europa ao mesmo tempo que a execução e a aplicação efectiva do direito comunitário em matéria de ambiente continuarão a assumir-se como vectores importantes em 2009.

A Comissão avança no seu documento que em 2009 irá prosseguir o desenvolvimento da nova política marítima integrada e apresentará uma proposta relativa à reforma da organização comum do mercado de produtos da pesca e da aquicultura ao mesmo tempo que espera poder aplicar os resultados do acordo sobre o “estado de saúde” da Política Agrícola Comum.

Política Comum de Imigração

A Comissão continua a ter como grande prioridade o desenvolvimento de uma política comum de imigração no sentido de dar uma resposta aos desafios que se colocam e conseguir realçar as vantagens e as oportunidades que se abrem com os movimentos migratórios nesta era de globalização do sistema internacional. Por outro lado, a Comissão assume um compromisso de integrar a vertente da imigração nas suas políticas mais gerais relativas ao crescimento económico, competitividade e inclusão social. A Comissão irá desenvolver ainda, em maior grau, a gestão integrada das fronteiras e da política comum de vistos procurando que seja concluído, até 2010, o Sistema Europeu de Asilo.

Prioridade aos cidadãos

A Comissão Europeia expressa a sua convicção de que a União deve continuar a privilegiar as políticas que representam e assumem um interesse directo para os seus cidadãos, nomeadamente através da proposta de diversas iniciativas tendentes a simplificar procedimentos que influenciam directamente a sua vida quotidiana, nomeadamente em



termos de direitos de livre circulação dentro do espaço da União ou quando se desloquem para o exterior.

A União deve continuar a privilegiar a garantia da segurança dos seus cidadãos e nesse sentido a Comissão afirma que em 2009 irá dar uma especial atenção à luta contra ataques terroristas de natureza química, biológica, nuclear e radiológica. A Comissão vai também apresentar um conjunto de propostas em termos de saúde pública no âmbito da aplicação da Estratégia da União em matéria de saúde aprovada em 2007.

A preocupação social está presente através da revisão da agenda social que pretende dar aos cidadãos europeus melhores perspectivas e novas oportunidades, aplicando medidas activas do mercado de trabalho baseadas na flexigurança que levem os trabalhadores a desenvolver as suas capacidades e competências em termos laborais.

A Europa como parceiro mundial

O documento da Comissão Europeia enfatiza muito a entrada em vigor do Tratado de Lisboa e o impacto que ele terá, ou teria, em termos de afirmação externa da União, com especial destaque para os dossiers da segurança energética, das alterações climáticas e das migrações. O Tratado surgia assim, aos olhos da Comissão, como um importante instrumento para reforçar a União, permitindo-lhe uma resposta coordenada perante os problemas recentes trazidos pela instabilidade dos mercados financeiros, pela subida do preço dos combustíveis e pela crise alimentar.

No que diz respeito ao processo de alargamento, a Comissão propõe-se continuar a aplicar o consenso renovado que se estabeleceu em torno desta questão. Neste capítulo as negociações de adesão com a Croácia entrarão naquilo a que a Comissão chama de “fase decisiva”, ao mesmo tempo que, as negociações com a Turquia irão prosseguir, dependendo ambos os processos do ritmo das reformas e dos progressos verificados no cumprimento dos requisitos necessários para a adesão.



A Comissão afirma que irá desempenhar um papel crucial na implementação do futuro estatuto do Kosovo, através da aplicação dos instrumentos comunitários para apoiar o Gabinete Civil Internacional e a Missão PESD “Estado de Direito” no Kosovo e da coordenação geral do apoio prestado ao processo de reforma em curso nesse território que se declarou independente recentemente.

Em termos da Política Europeia de Vizinhança, a acção irá focar-se na plena aplicação dos seus 12 Planos de Acção, devendo ser possível concluir as negociações relativas a um novo acordo reforçado com a Ucrânia durante 2009. Ao mesmo tempo está previsto negociar novas disposições contratuais com a Líbia e com a Moldávia e procurar um aprofundamento das relações com a Rússia no sentido de alcançar um acordo reforçado. A Comissão tem ainda alguma “esperança” de que a situação no Médio Oriente tenha uma evolução positiva fruto da dinâmica criada pela Conferência de Annapolis.

A Comissão reafirma no seu documento que a União irá aumentar substancialmente a sua contribuição para a promoção da segurança e da estabilidade no sistema internacional, assumindo-se como um parceiro de corpo inteiro de forma a melhorar a sua preparação e capacidade para dar resposta a situações de crise em países terceiros.

No plano externo a Comissão irá também aplicar as oito parcerias temáticas operacionais da Estratégia conjunta África/UE ao mesmo tempo que tentará auxiliar os Estados de África, das Caraíbas e do Pacífico (ACP) a integrarem-se melhor na economia mundial, ao mesmo tempo que procurará reforçar a sua capacidade de responder de forma eficiente às crises e desafios humanitários.

Finalmente, neste capítulo, a Comissão afirma que a ronda de negociações de Doha sobre o desenvolvimento continua a ser uma prioridade fundamental, reforçando que a conclusão de um acordo em 2008 faria da sua aplicação um objectivo importante para 2009.



Legislar melhor

Neste domínio o objectivo primordial da Comissão é apresentar em 2009 várias propostas com vista a reduzir os encargos administrativos no sentido de privilegiar a simplificação da legislação comunitária e dessa forma aproximar-se realmente dos cidadãos simplificando a sua vida. O programa “Legislar Melhor” não pode, na opinião do documento aqui analisado, ser plenamente explorado sem uma cooperação bem sucedida entre as instituições comunitárias e os diversos Estados-Membros.

Comunicação sobre a Europa

A Comissão Europeia entende que nesta matéria 2009 será um ano fundamental e mais uma vez, a entrada em vigor do Tratado de Lisboa seria muito importante, nomeadamente, em termos das propostas institucionais que dele decorrem. Neste âmbito as prioridades serão o reflexo das prioridades políticas já definidas na Estratégia Política Anual e, mais uma vez, deverão ter um interesse e impacto directo para os cidadãos europeus. Essas prioridades são:

- Obter resultados do Tratado de Lisboa;
- Reformar o orçamento e transformar a Europa;
- Crescimento e emprego;
- Energia e alterações climáticas.

Quadro geral dos recursos

No que diz respeito aos **recursos humanos** a adesão da Bulgária e da Roménia levou a um aumento do número de efectivos da União Europeia, estando prevista para 2009 uma última parcela de 250 lugares a que são somados mais outros 600 suplementares derivados de



reafecções internas. Estes novos lugares serão utilizados, segundo a Comissão, nas prioridades da Estratégia Política Anual que já foram anteriormente apresentados.

Na vertente dos **recursos financeiros** prevê-se um aumento de 619 milhões de euros (5,8%) para a rubrica relativa à **competitividade para o crescimento e o emprego**, que se irá centrar em acções inseridas no Sétimo Programa-Quadro de investigação e desenvolvimento tecnológico (631 milhões de euros), no Programa de Aprendizagem ao Longo da Vida (63 milhões de euros) e no Programa “Competitividade e Inovação” (75 milhões de euros).

No que diz respeito à **coesão para o crescimento e o emprego** os recursos irão aumentar em 1538 milhões de euros o que significa um aumento de 3,3% em relação a 2008 enquanto que para a **preservação e gestão dos recursos naturais** prosseguirá a introdução progressiva das ajudas directas à agricultura nos Estados-Membros que aderiram à União em 2004. Em relação a estes países a percentagem passará de 50% para 60% do montante final das ajudas. Em relação aos Estados-Membros que aderiram em 2007, as ajudas aumentarão de 30% para 35% do montante final.

Na rubrica referente à **liberdade, segurança e justiça**, a Comissão prevê um aumento global das despesas na ordem dos 100 milhões de euros, o que representa um acréscimo de 16%, sendo que a gestão das fronteiras externas, a política de vistos, a livre circulação de pessoas e as políticas comuns em matéria de imigração e asilo são as áreas onde se dará maior investimento.

Seguindo a linha principal de orientação política para 2009, a aproximação aos cidadãos, a Comissão aposta numa afectação de 630 milhões de euros à rubrica **cidadania**, o que corresponde a um aumento de 5,3% e que segundo o documento irá permitir um maior financiamento de acções fulcrais para os cidadãos europeus, nomeadamente em termos de saúde pública, defesa dos consumidores, protecção civil, programas culturais e comunicação.



Finalmente e em termos da rubrica referente à **União Europeia enquanto parceiro mundial** o orçamento da Política Externa e de Segurança Comum (PESC), com excepção das missões no Kosovo, ascenderá a 243 milhões de euros em 2009, o que traduz um aumento de 43 milhões de euros em relação ao ante-projecto de orçamento para 2008. A Comissão afirma também que as verbas destinadas à Palestina e ao Kosovo devem também aumentar, embora não apresente ainda números concretos, já que as verbas necessárias para esses cenários irão depender muito da própria evolução que os dois processos terão durante 2009.

III. Opinião da Relatora

- A Comissão Europeia apresenta um conjunto de prioridades para 2009 equilibrado e racional, que vem no seguimento daquilo que tem sido o seu mandato até aqui, procurando responder de forma eficaz aos desafios que se colocam à União Europeia no presente e no futuro;
- O documento da Estratégia Política Anual para 2009 assenta em grande parte na presunção da entrada em vigor do Tratado de Lisboa em 2009, considerando ser uma peça fundamental para o bom funcionamento das instituições comunitárias;
- A Europa vive hoje um momento difícil, fruto do resultado negativo do referendo irlandês, voltando ao impasse institucional e às incertezas quanto ao futuro;
- O actual quadro institucional não se mostra adequado para fazer face aos desafios que se colocam no sistema internacional e à própria evolução da União fruto dos processos de alargamento;
- A entrada em vigor do Tratado de Lisboa afigura-se como essencial para dar um novo impulso ao processo de integração europeu, dotando a União de uma estrutura mais flexível e mais próxima dos cidadãos, capaz de se mostrar mais coesa em termos institucionais e mais forte em termos externos;

- Respeitando a vontade expressa no referendo irlandês e, na sua sequência, o pedido do Primeiro-Ministro da Irlanda no sentido de se dar tempo e com serenidade avaliar se haverá ou não condições para proceder a nova consulta referendária;
- O projecto de construção europeia iniciado há cinquenta anos com seis Estados-membros é hoje uma realidade compartilhada por vinte sete Estados-Membros, que comungam dos mesmos princípios e objectivos de paz, progresso, e coesão sociais, e é com todos que deverá prosseguir.

IV. Conclusões

- A Estratégia Política Anual para 2009 é um documento de síntese que reflecte as acções prioritárias da Comissão para o período em apreço e o quadro geral de recursos humanos e financeiros necessários para as concretizar;
- O documento aqui analisado pretende enunciar as prioridades para o último ano de mandato da actual Comissão, sendo que os objectivos de promover a prosperidade, a solidariedade, a liberdade e a segurança e reforçar o papel da Europa no Mundo, continuam a ser as grandes linhas orientadoras dos seus trabalhos em termos gerais;
- Para além destes princípios a Comissão apresentou também as acções que considera mais prioritárias para 2009: crescimento e emprego, alterações climáticas e uma Europa sustentável, realizar uma política comum de imigração, prioridade aos cidadãos, a Europa como parceiro mundial, legislar melhor e a comunicação sobre a Europa;



- O documento em análise parte, em muitos dos seus pontos, da premissa da entrada em vigor do Tratado de Lisboa, para uma boa concretização das políticas nele enunciadas. A vitória do NÃO no referendo irlandês poderá trazer alguns problemas à Comissão na operacionalidade das políticas que pretende levar a cabo em 2009;
- A Comissão pretende que 2009 seja um ano de aproximação da Europa aos cidadãos, procurando concentrar-se realmente na resolução dos problemas das populações europeias;

V. Parecer

A Comissão de Assuntos Europeus é de parecer que o Relatório sobre a Estratégia Política Anual para 2009 se encontra em condições legais e regimentais para ser agendado para apreciação pelo Plenário da Assembleia da República, reservando os diversos Grupos Parlamentares as suas posições para essa sede.

Palácio de São Bento, 7 de Julho de 2008

A Deputada Relatora

O Presidente da Comissão

Regina Bastos

Vitalino Canas